



## Intransigência Patronal

# Santa Catarina: Greve no transporte de valores continua e compromete recebimentos

Segundo o Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor Bancário (IBDConB), Dr. Luciano Duarte Peres, mesmo com a greve, a normalidade do serviço é responsabilidade dos bancos.

Início do mês é comemorado por trabalhadores pelo recebimento do pagamento de salários e benefício do INSS. Mas, neste mês, nem todos poderão ver a cor do dinheiro. Com a greve no transporte de valores, muitos caixas eletrônicos já estão indisponíveis para saque ou fora de operação. Alguns bancos estão apelando para a redução do limite de retirada e tentando se organizar para suprir a demanda pelo papel. No entanto, o problema deve seguir pelos próximos dias.

Na quarta-feira (4), foi realizada uma audiência conciliatória, porém a greve foi mantida. (Os patrões mantiveram

a mesma proposta de 4% de reajuste, índice abaixo da inflação do período). Com a tendência de continuidade do movimento, o especialista em direito bancário e Presidente do IBDConB, Dr. Luciano Duarte Peres, orienta os consumidores quanto à responsabilidade dos bancos e os procedimentos para reclamar seus direitos. “Os consumidores lesados devem procurar o PROCON, Banco Central e até abrir uma demanda no judiciário, dependendo do prejuízo gerado”, explica Peres.

A dica do especialista é que o consumidor, que não conseguir sacar o dinheiro, deve imprimir um comprovante de que esteve no local tentando retirar a quantia desejada e, com o papel em mãos, procurar os órgãos responsáveis para reclamar seus direitos. “É responsabilidade dos bancos manter os caixas eletrônicos abastecidos. Em casos como este, eles têm a obrigação de dar alternativas aos clientes e orientar da melhor forma para não gerar prejuízos ao consumidor”, completa o advogado.

As cidades de Florianópolis, Criciúma e Chapecó são as mais prejudicadas com adesão de 100% dos trabalhadores à greve. O último abastecimento nos caixas eletrônicos aconteceu no domingo (1º).

*Fonte: Press Floripa com CNTV*



## Vigilantes de transporte de valores do DF estão em greve desde esta sexta (6)

Depois de várias tentativas de negociação para garantir o pagamento dos 15% do restante do Adicional e Risco de Vida, na data-base de 2013, sem qualquer retorno, os vigilantes de transporte de valores de Brasília decretaram greve a partir desta sexta (6). Durante os meses de junho e início de julho a estratégia do SINDVALORES foi o de paralisar a cada dia uma empresa por algumas horas

em sinal de alerta aos patrões.

O presidente do SINDVALORES/DF, Carlos José das Neves informa que os trabalhadores reivindicam também o pagamento do vale transporte em dinheiro e “a greve continuará até que os patrões se disponham em negociar as nossas reivindicações”, afirma Neves, que é o Secretário de Assuntos de Transporte de Valores da CNTV.

## Todo apoio aos trabalhadores em greve

A CNTV e entidades se solidarizam aos vigilantes de transporte de valores em greve em Santa Catarina e em Brasília. A intransigência patronal chega ao seu limite. Em Santa Catarina os patrões demonstram todo o seu desrespeito ao oferecerem apenas 4% de reajuste e no DF se recusam em negociar com os representantes dos trabalhadores. Em São Paulo, depois de uma paralisação dia 02/07, os vigilantes estão em estado de alerta, pois as negociações não avançaram.

# SP: Carro-forte mantém estado de greve

**Sem acordo no TRT, reajuste dos salários deve ser definido pela Justiça**



Audiência desta quinta (5/7) entre empregados e patrões, no TRT não avançou nas negociações

Nesta quinta (5), houve a sétima tentativa de negociar um reajuste digno para a categoria por meio de acordo. Mas, infelizmente, os representantes patronais mantiveram a arrogância e, diante do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), negaram o aumento real mais uma vez. Com isso, o dissídio da categoria deve ir a julgamento. Haverá uma nova audiência no dia 10/07.

*Fonte: SINDFORTE/SP*

## Câmara aprova um adicional de 40% no salário dos vigilantes da prefeitura de Caçapava do Sul



No dia 02/07, a Câmara de Vereadores de Caçapava do Sul aprovou um projeto de lei da Prefeitura que concede um

abono salarial de 40% no vencimento básico dos vigilantes da Prefeitura, que executam atividades perigosas, como vigilância noturna e que tenha risco de vida.

De acordo com o projeto, os vigilantes receberão 20% desta gratificação na data da aprovação da lei, mais 10% em janeiro de 2013 e os outros 10% no início de 2014.

A matéria foi aprovada por

unanimidade, mas os vereadores ressaltaram a preocupação com o alto índice que está a folha de pagamento da Prefeitura, ou seja, passando do limite prudencial e deixaram um alerta para o gestor, sobre os valores pré-estabelecidos.

A maior parte dos vigilantes do município acompanhou a sessão e a aprovação do projeto.

*Fonte: Blog do Lorenzo*

## Sancionada lei que cria banco de dados nacional sobre segurança

A presidente Dilma Rousseff sancionou nesta quinta-feira (5) a lei 12.681, que cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp).

Subordinado ao Ministério da Justiça, o novo órgão receberá informações das esferas federal, estadual e municipal.

De acordo com o texto no "Diário Oficial da União", o Sinesp será um banco de dados sobre criminalidade, para consulta em qualquer região do país.

Deverá servir de base para a "formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública;

sistema prisional e execução penal e enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas".

Terá um comitê gestor e, segundo a lei, o município ou Estado que omitir dados deixará de receber recursos federais para segurança pública.

*Fonte: Valor Econômico*

# Carteiros sem escolta reclamam em Osasco

Enquanto na periferia da capital os Correios fazem suas entregas com escolta armada, em Osasco (Grande SP) e em cidades vizinhas, os carteiros têm que trabalhar em bairros com os mesmos riscos de assalto, só que sem nenhuma proteção.

É o que dizem os funcionários da empresa que trabalham nas cidades de Osasco, Carapicuíba, Barueri e Santana de Parnaíba, todas na Grande São Paulo.

"Na periferia de Osasco e Carapicuíba tem roubo quase todos os dias, mas a gente nunca vai com seguranças. Os únicos veículos dos Correios que contam com escolta são os que vão buscar produtos de grandes empresas de comércio eletrônico", diz um funcionário do centro de entregas de Barueri, que

atende os quatro municípios.

Ontem o Agora mostrou que uma onda de assaltos contra carros do Sedex fez a empresa colocar escolta armada para acompanhar os veículos que fazem entregas na periferia de São Paulo.

Segundo o sindicato dos carteiros, foram 250 assaltos na cidade só neste ano.

## Resposta

Os Correios não informaram por que a escolta não é utilizada na Grande SP nem se irão implantá-la.

"Por se tratar de assunto relacionado à segurança e para preservar seus empregados, os Correios não divulgam informações sobre locais onde medidas preventivas estão sendo adotadas ou virão a ser ado-

tadas", justificou a empresa.

Os Correios disseram prestar assistência médica e psicológica aos profissionais vítimas de roubos, podendo afastá-los ou transferi-los para outros distritos.

**Fonte: Agora São Paulo**



# Terceirização na administração pública é tema com mais processos sobrestados no TST

A responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo não pagamento de verbas trabalhistas por prestadoras de serviços é o tema com maior número de processos sobrestados na Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho. Segundo levantamento da Coordenadoria de Recursos, o TST encerrou o primeiro semestre com 13.059 recursos extraordinários aguardando que o Supremo Tribunal Federal decida o caso-paradigma que, por ter repercussão geral reconhecida, servirá de fundamento para as demais decisões sobre a matéria.

Ao todo, estão sobrestados no TST 36.166 recursos extraordinários – nos quais uma das partes pretende que o caso seja examinado pelo STF por considerar que se trata de matéria constitucional. O segundo tema com maior número de processos – a questão do recolhimento de FGTS

em casos de contratação de servidor público sem aprovação em concurso público – foi decidido recentemente pelo STF.

O sobrestamento ocorre quando o STF, no exame de um recurso extraordinário, reconhece a existência de repercussão geral na matéria constitucional discutida – ou seja, entende que o tema é relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico e ultrapassa os interesses apenas das partes envolvidas –, os demais recursos aguardam a definição daquela Corte.

Confira abaixo os temas com maior número de processos sobrestados:

Temas sobrestados no STF:

Total de sobrestados até 30/06/2012: 36166

Quantidade e Tema  
13059

RE-603397/SC – Responsabilidade subsidiária – entre público.

6798\*

RE-596478/RR - Contrato nulo. FGTS. Lei 8036.

5599

RE-586453/SE – Complementação de aposentadoria

1382

RE-590415 - PDV. BESC. Rescisão contratual.

1001

RE-589998/PI – ECT. Correios. Dispensa. Motivação.

797

RE-812687 – Execução de sentença. Fraude à execução.

357

RE-635546 – Equiparação dir. trab. terceirização X emp. público

\* Tema já julgado pelo STF. Aguardando publicação de acórdão

Fonte: TST



# Itaú recua e suspende retirada das portas de segurança nas agências

## Bancos que tiveram o equipamento retirado vão ser reavaliados

Em reunião ocorrida na segunda-feira (2) com a Contraf-CUT e o Sindicato dos Bancários de São Paulo, o diretor de segurança do Itaú anunciou que o banco suspendeu a retirada da porta de segurança das agências. Todas as unidades do Itaú que passarem por reforma terão mantidas as portas de segurança. Ele também assumiu o compromisso de reavaliar a situação dos estabelecimentos que tiveram o equipamento retirado.

"Trata-se de uma boa notícia para os trabalhadores, os clientes e a sociedade, pois a porta giratória virou hoje um símbolo de segurança, protegendo a vida das pessoas, a exemplo do aparelho de raio-x nos aeroportos", afirma Carlos Cordeiro, funcionário do banco e presidente da Contraf-CUT.

O anúncio do Itaú ocorre após a onda de protestos dos bancários em todo país, sobretudo contra as demissões, a rotatividade, a retirada das portas de segurança e as condições precárias de trabalho.

"Queremos a obrigatoriedade da instalação da porta de segurança em todas as agências e postos de atendimento, pois até as estatísticas da Febraban comprovam a redução dos assaltos a bancos depois da instalação da porta de segurança, a partir do final dos anos 90, por força da mobilização dos bancários e da aprovação de leis municipais", destaca Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária.

Ademir lembra que a reivindica-

ção foi discutida na última quinta-feira, dia 28 de junho, na mesa temática de segurança bancária com a Fenaban. Mas os debates não avançaram. "O representante dos bancos disse que porta de segurança nada tem a ver com relações de trabalho, ignorando que o equipamento é fundamental para que haja trabalho seguro", salienta.

"Esse é um avanço para vigilantes, bancários e clientes que estarão mais protegidos da ação de marginais. No entanto, vamos insistir até que todas as agências tenham porta de segurança", reforça Daniel Reis, funcionário do banco e diretor executivo do Sindicato.

De acordo com Juvandia Moreira, presidente do Sindicato, que igualmente participou da reunião, além do Itaú, a reivindicação está sendo levada a todos os bancos. Além disso, estão sendo feitas ações junto às câmaras de vereadores para que sejam aprovadas leis que tornem obrigatória a porta de segurança nas unidades bancárias. "Essa luta

é para o bem de toda a população e o legislativo tem de atuar pela aprovação de medidas que ajudem a preservar a integridade de trabalhadores e clientes das agências", completa.

A obrigação da porta de segurança também está sendo reivindicada pela Contraf-CUT e Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) nas reuniões com o Ministério da Justiça que tratam da elaboração do projeto de lei do estatuto da segurança privada.

"Defendemos a instalação desse equipamento porque ele protege a vida das pessoas e melhora as condições de segurança dos estabelecimentos, além de prevenir assaltos e outras ações criminosas", salienta José Boaventura Santos, presidente da CNTV, que também participou da reunião.

O Safra foi a primeira instituição financeira a atender a reivindicação e instalou portas de segurança em toda rede de agências.

**Fonte: Contraf-CUT**

